

PER JUSTITIAM CHRISTI: UMA INTRODUÇÃO À JUSTIFICAÇÃO PELA GRAÇA POR MEIO DA FÉ

Franklin Ferreira *

1) DEFINIÇÃO DO PROBLEMA¹

Se perguntarmos qual o interesse do homem moderno, talvez comecemos a descobrir porque a doutrina da justificação pela fé não goza de popularidade. O sociólogo Wilson Gomes, em suas pesquisas sobre aquilo que é conhecido como “pentecostalismo autônomo” (e esta conclusão pode ser aplicada a grande parte do movimento evangélico brasileiro) afirma:

A categoria mais fundamental da filosofia e teologia implícitas no discurso e práticas da Igreja Universal do Reino de Deus é a posse. E seja bem claro que posse, nesse caso, não significa posse mística ou transe, mas a detenção de bens em vista da sua fruição. Estes bens são geralmente descritos como elementos indispensáveis para aquilo que se pode qualificar de uma vida digna e feliz: saúde, prosperidade e amor. (...) É implícita neste imperativo a concepção segundo a qual a vida humana conforme a vontade de Deus, a vida humana autêntica, é aquela em que os homens possuem e desfrutam dos bens do mundo.²

Mas a questão bíblica é “Como o homem pode ser aceito por Deus”? A descrição da miséria humana diante da ira de Deus³ é vista em toda a sua extensão nas Escrituras: A humanidade é réu no tribunal de Deus (Rm.1.18-3.20). Aqueles que não fazem caso da revelação de Deus estão condenados (1.18-32). Moralistas estão debaixo de condenação (2.1-16). Judeus estão condenados por agirem contra a lei (2.17-3.8). A lei existe para tornar-nos conscientes do pecado: Toda humanidade achada culpada (3.9-20). Pecado Original: Há uma solidariedade com o pecado de Adão (Rm.5.12-21). Espiritualmente mortos, e escravos do mundo, da carne e do Diabo (Ef.2.1-3).⁴

* O autor é ministro da Convenção Batista Brasileira, e atualmente conclui seu mestrado em Teologia no Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, no Rio de Janeiro. Professor da área Teológico-Filosófica no mesmo seminário.

¹ Neste trabalho é usada a metodologia integrativa, desenvolvida por Gordon Lewis e Bruce Demarest, do Seminário Teológico Batista Conservador de Denver, Colorado, U.S.A. Seguindo seis etapas, várias disciplinas relevantes são integradas para formular as doutrinas da fé cristã, e chegar a conclusões racionais e práticas. cf. Gordon Lewis e Bruce Demarest, *Integrative Theology - Vol. 1: Knowing ultimate reality & the Living God*. (Grand Rapids, Michigan: Zondervan, 1987) 21-58.

² Wilson Gomes, “Nem anjos nem demônios” in: Alberto Antoniazzi *et al.* *Nem anjos nem Demônios: Interpretações sociológicas do pentecostalismo*. (Petrópolis: Vozes, 1994) 230-231. “Pentecostalismo Autônomo” designa as denominações dissidentes do pentecostalismo clássico americano e/ou formadas em torno de lideranças centralizadas e carismáticas. cf. José Bittencourt Filho, “Remédio Amargo”, in: _____, *ibid.*, 24-33.

³ Sobre a ira de Deus ver R.V.G. Tasker, “A ira de Deus” in: Russell Shedd e Alan Pieratt (ed.) *Imortalidade*. (SP: Vida Nova, 1992) 65-100 e A.W. Pink, *Os atributos de Deus*. (SP: PES, 1990) 85-91.

⁴ Para uma exposição detalhada da doutrina que é conhecida como “Depravação Total”, isto é, a incapacidade do homem de se salvar a si mesmo, com qualquer forma de cooperação, ver Martinho Lutero, em “Da vontade cativa”. in: _____. *Obras Seleccionadas*: Vol. 4 - Debates e controvérsias II. (São Leopoldo, Sinodal e Porto Alegre, Concórdia, 1993) 11-216, e João Calvino em *As Institutas ou Tratado*

F. F. Bruce, refletindo o ensino bíblico afirma: “Ainda que salvação na Bíblia é pela graça, o juízo de Deus é pelas obras.”

2) ESTUDO HISTÓRICO

Como esta doutrina se desenvolveu na história da Igreja? James Buchanan afirma:

Contudo, eles [os Pais eclesiásticos] oferecem evidência do ensino que foi dado à igreja de sua época. Possuímos uma corrente ininterrompida de escritos, desde o tempo dos apóstolos até os nossos dias que podem mostrar-nos toda a história do pensamento cristão sobre o assunto da justificação.⁵

Contudo este autor não está convencido desta argumentação. F.F. Bruce diz:

Embora consideremos a distinção - entre a justificação pela fé como o ato inicial da graça de Deus e a santificação como a subsequente e continuada obra de Sua graça - como doutrina caracteristicamente luterana e calvinista, há ampla evidência de que a justificação pela fé foi sustentada na primeira metade do século dezesseis por vários teólogos da esfera papal (principalmente na Itália), incluso o cardeal inglês Reginaldo Pole. Quando Gasparo Contarini escreveu um tratado sobre a justificação só pela fé, Pole congratulou-se com ele por ser o primeiro a trazer à luz “aquela verdade santa, frutífera e indispensável”. (Na verdade, a doutrina calvinista da justificação pela fé fora antecipada por mais de cem anos, em quase todos os aspectos, por Juliana de Norwich). Foi o Concílio de Trento que refreou essa tendência, da parte do lado papal. A despeito da exortação de Pole a “não rejeitar uma opinião simplesmente porque era defendida por Lutero”, o concílio definiu, em 1546, a justificação em termos que a confundiam com a santificação e a tornavam dependente de boas obras, e anatematizou ponto por ponto aqueles que sustentavam a doutrina “reformada” - ou melhor, paulina.⁶

Louis Berkhof sumariza da seguinte forma a crença dos períodos Patrístico e Medieval: Para os Pais da Igreja, a salvação é ora descrita como dependente da graça de Deus, ora da cooperação voluntária do homem. Agostinho não distinguiu claramente entre a justificação e a santificação, mas atribuía toda a obra da salvação à graça de Deus. A confusão em que estava Agostinho sobre a justificação e a santificação não foi retificada, mas antes, foi intensificada pelos escolásticos. Para eles, a graça de Deus ilumina a mente e dá apoio à vontade, porém sempre de tal modo que jamais é

da Religião Cristã, 2.I-VI. (São Paulo, CEP, 1985) 1-108. Ver também Russell P. Shedd, *A Solidariedade da Raça - O homem em Adão e Cristo*. (SP: Vida Nova, 1995).

⁵ James Buchanan, *Declarado Justo*. (SP: PES, 1994) 36. Para uma análise de sua pesquisa completa, ver 36-42.

⁶ F.F. Bruce, *Romanos - Introdução e Comentário*. (SP: Vida Nova e Mundo Cristão, 1991) 35.

comprometido o livre-arbítrio do homem. Ao homem compete crer e continuar na fé, e a graça, presente nos sacramentos da Igreja apenas fortalece a fé.⁷

Neste século, com o Concílio Vaticano II na década de 60, houve uma tentativa, por parte de Hans Kung, de se fazer uma união de ambas as posições, “um acordo fundamental entre a teologia católica romana e a protestante, precisamente na doutrina da justificação”. Porém, por ter começado com Karl Barth, e sua ambigüidade e confusão quanto ao que realmente significa “justificação” e “santificação” foi rejeitada pela maior parte dos evangélicos.⁸

Terminemos com o testemunho de Martinho Lutero, em seu “Prefácio aos escritos em latim”, de 1545:

Noite e dia eu ponderei até que vi a conexão entre a justiça de Deus e a afirmação de que “o justo viverá pela fé”. Então eu compreendi que a justiça de Deus era aquela pela qual, pela graça e pura misericórdia, Deus nos justifica através da fé. Com base nisto eu senti estar renascido e ter passado através de portas abertas para dentro do paraíso. Toda a Escritura teve um novo significado e, se antes, a justiça me enchia de ódio, agora ela se tornou para mim inexprimivelmente doce em um maior amor. Esta passagem de Paulo se tornou para mim um portão para o céu...⁹

3) ESTUDO BÍBLICO

Grandes seções das Escrituras tratam desta doutrina¹⁰, como podemos ver por um sumário de Rm. 3.21-4.25. Russell Shedd a esboça assim:

1. Salvação pela graça (Rm.3.21-26)
 - a. A justiça aparte da lei e das obras foi revelada (21)
 - b. Justiça pela fé em Jesus Cristo (22)
 - c. Todos pecaram, mas Deus pela sua graça providencia redenção (23-24)
 - d. Jesus foi feito sacrifício expiatório para demonstrar a justiça de Deus (25)
 - e. Os pecados cometidos antes e depois de Cristo foram todos pagos pelo sacrifício justo de Cristo (26)

⁷ Louis Berkhof, *A História das Doutrinas Cristãs*. (SP: PES, 1987) 183-194.

⁸ Para uma avaliação precisa deste debate, a má vontade de Kung com Lutero, e a resposta de Karl Barth, ver John Stott, *A Cruz de Cristo*. (Deerfield, Flórida: Vida, 1992) 162-172. Para o conceito bartiano de justificação, ver Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*. (Campinas: Luz para o Caminho, 1990) 529.

⁹ “Martinho Lutero: o reformador monumental”, Glimpses, Christian History Institute, nº 15. in: *Jornal Os Puritanos*. (Ano I nº4 out - 1992) 8. cf. Timothy George, *Teologia dos Reformadores*. (SP: Vida Nova, 1994) 64.

¹⁰ Há quatro imagens bíblicas que nos ajudam a compreender a aplicação da doutrina da Expição. São elas: “propiciação”, que nos remete para os rituais de sacrifício, “redenção”, às transações de mercado, “reconciliação”, às experiências de casa ou família e “justificação”, aos procedimentos legais de um tribunal. cf. John Stott, *op. cit.*, 149-182. Para uma pequena variante, apoiada em Rm 3.24, 25 cf. Bruce Milne, *Estudando as Doutrinas da Bíblia*. (SP: ABU, 1987) 155-168.

2. A justiça fecha a porta para toda jactância (3.27-31)
 - a. A salvação não procede da lei, o cristão é justificado inteiramente pela bondade de Deus recebida pela fé (27-28)
 - b. Não existe nenhuma diferença mais entre o judeu e o estrangeiro quanto ao caminho da salvação (29-31)

3. O exemplo de Abraão (4.1-25)
 - a. As Escrituras declaram que Abraão foi justificado pela fé (1-3)
 - b. Deus não pode ser devedor do homem, portanto a justiça somente pode vir pela fé (4-8)
 - c. A bênção da justificação se restringe aos circuncisos (9-12)? Não, porque Abraão recebeu o sinal da circuncisão depois que foi declarado justo (10-11)
 - d. Os herdeiros da promessa de Abraão são os que pela fé recebem, como Abraão, a promessa de Deus e crêem nela (13-17)
 - e. Abraão creu na promessa de Deus que ele seria pai de muitas nações e, conseqüentemente, Deus o declarou justo (18-23)
 - f. Nós também temos acesso à promessa pela fé, já que Jesus foi ressuscitado para nossa justificação (25)¹¹

Outra grande seção bíblica que trata da Justificação pela fé é Gl.1.11-5.12. Robert Gundry nos dá o seguinte sumário:¹²

1. Argumento autobiográfico em favor do Evangelho da Livre Graça de Deus (1.11-2.21)
 - a. Revelação direta do Evangelho a Paulo, por Jesus Cristo (1.11-12)
 - b. Impossibilidade de sua origem no passado extremamente judaico de Paulo (1.13)
 - c. Impossibilidade de Paulo tê-lo aprendido de fontes meramente humanas, os apóstolos, a quem Paulo não conheceu, senão três anos após sua conversão e por pouquíssimo tempo (1.14-24)

¹¹ Há uma impressionante unanimidade quanto ao que seja o ponto central destes capítulos, a saber, que o homem é declarado justo pela graça somente, sem a cooperação de obras, nos principais comentários evangélicos em português. cf. F.F. Bruce, *op. cit.*, 57, 82-97; G.T. Thomson e F. Davidson, “A Epístola aos Romanos” in: F. Davidson (ed.), *O Novo Comentário da Bíblia*. (SP: Vida Nova, s/d) 1155-1162; João Calvino, *Exposição de Romanos*. (São Bernardo do Campo: Paracletos, 1997) 124-174. cf. introduções ao Novo Testamento, como Robert Gundry, *Panorama do Novo Testamento*. (SP: Vida Nova, 1985) 334-335 e D.A. Carson *et al. Introdução ao Novo Testamento*. (SP: Vida Nova, 1997) 267-286. A mais notável exceção é Dale Moody, “Romanos” in: Clifton J. Allen (ed.). *Comentário Bíblico Broadman*. Vol. 10. (RJ: JUERP, 1984) 183-334. Ele fez concessões ao pensamento liberal nas áreas da revelação, da Pessoa de Cristo e na justificação de pecadores.

¹² Robert H. Gundry, *op. cit.*, 296-297. Lutero pregou expositivamente em Romanos (1515-1516) e Gálatas (1516-1517). Ele observou: “No transcorrer desses estudos, o papado soltou-se de mim”. Timothy George. *op. cit.*, 57.

- d. Reconhecimento posterior do evangelho paulino da parte dos líderes da Igreja de Jerusalém (2.1-10)
- e. Paulo repreende (com êxito) a Pedro, por haver este cedido às pressões dos judaizantes, em Antioquia da Síria (2.11-21)

2. Argumento teológico em favor do Evangelho da Livre Graça de Deus (3.1-5.12)

- a. A suficiência da fé (3.1-5)
- b. O exemplo de Abraão (3.6-9)
- c. A maldição imposta pela Lei (3.10-14)
- d. O divino pacto da promessa a Abraão e seu descendente (Cristo e aqueles que a se unem a ele pela fé), anteriores à lei das obras (3.15-18)
- e. O propósito da Lei: não de prover a salvação através do mérito humano, mas o de demonstrar a necessidade de graça divina, por meio da fé em Cristo (3.19-4.7)
- f. Apelo para que se confie somente na graça divina, com uma alegoria sobre a liberdade cristã, baseada sobre Abraão e seus dois filhos, o escravo Ismael e o livre Isaque (4.8-5.12)¹³

Das trinta e nove ocorrências do verbo *dikaiovw*, no Novo Testamento, vinte e nove aparecem nas epístolas de Paulo, pois este é seu modo peculiar de formular o evangelho:

*É o ato divino de perdoar gratuitamente os pecados dos ímpios e de atribuir-lhes justiça, por sua graça, mediante a fé em Cristo, com base não em suas próprias obras, mas na justiça representativa, redentora, propiciatória e vicária do sangue derramado por Jesus Cristo em favor deles.*¹⁴

Para Paulo, este é o âmago da fé cristã! É impressionante que esta doutrina esteja quase que esquecida no meio evangélico brasileiro, sendo ignorada na maior parte dos púlpitos! Os Puritanos entendiam que esta doutrina era muito vulnerável e somente a graça de Deus pode impedir que ela seja esquecida. Quais razões levaram eles a pensar assim?

¹³ Que a justificação pela livre graça de Deus é o ponto aqui enfatizado não há dúvidas! cf. Donald Guthrie, *Gálatas - Introdução e Comentário*. (SP: Vida Nova, 1992) 55, 65-162; Alexander Ross, “A Epístola aos Gálatas” in: F. Davidson (ed.). *op. cit.*, 1231-1248; John Stott, *A mensagem de Gálatas*. (SP: ABU, 1989); John William MacGorman, “Gálatas” in: *Comentário Bíblico Broadman*. Vol. 11. (RJ: JUERP, 1985) 101-142; D.A. Carson *et al. op. cit.*, 319-334; Augustus Nicodemus Lopes, “Paulo e a Lei de Moisés: um estudo sobre as ‘Obras da Lei’ em Gálatas” in: Alan Pieratt (ed.). *Chamado para Servir: ensaios em homenagem a Russell P. Shedd*. (SP: Vida Nova, 1994) 65-73; Para um resumo do ensino paulino sobre justificação, ver George Eldon Ladd, *Teologia do Novo Testamento*. (RJ: JUERP, 1985) 409-420.

¹⁴ J.I. Packer, *Vocábulo de Deus*. (São José dos Campos: Fiel, 1994) 127. Os itálicos são do autor. O substantivo *dikaivwsis* ocorre somente duas vezes (Rm 4.25; 5.18).

Primeiro, diziam eles, a justificação é *um mistério do evangelho* - uma questão de revelação divina, por meio da graça. Como tal, é uma doutrina humilhadora. Humilha o orgulho intelectual, porque jamais poderia ter sido criada ou desenvolvida pela razão religiosa, e humilha o orgulho moral por assumir que todos os homens são impotentes e destituídos de esperança no tocante ao pecado. (...) O mistério da justificação, pois, é constantemente ameaçado pelo *orgulho humano*.

Segundo, a justificação é *um mistério coroador* [das doutrinas da trindade de Pessoas na deidade, da encarnação do Filho unigênito do Pai, de sua perfeita obediência e morte expiatória, da autoridade e suficiência das Escrituras], como o último degrau de uma escada, ao qual os outros degraus conduzem, ou como a pedra mestra de um arco que suporta as pedras que a flanqueiam. (...) ...a incredulidade acerca da autoridade bíblica, da ira de Deus e da expiação tem removido, para muitas pessoas, a base para se aceitar a justificação no seu sentido bíblico. Assim, a *teologia herética* torna-se uma segunda ameaça para o mistério da justificação.

Terceiro, a justificação é *um mistério espiritual*, que só pode ser apreciado pela consciência iluminada de uma pessoa convicta de pecado. (...) A *frivolidade espiritual*, a falta de seriedade e de experiência na aproximação a Deus, ameaça assim, por um terceiro ângulo, o mistério da justificação.

Em quarto, a justificação é *um mistério doador de vida*, a origem de toda verdadeira paz de consciência, esperança, amor, alegria, santidade e segurança. Por isso, os Puritanos, tal como Lutero, viam a *hostilidade satânica* como uma quarta ameaça ao mistério da justificação; pois sabiam que o adversário de Deus e de seu povo sem dúvida deseja suprimir uma verdade que tanto fomenta a glória de Deus e o bem dos homens.

Quinto, a justificação é *um mistério contestado*. A justificação pelas obras é a religião natural da humanidade. Tem sido assim desde a Queda, de modo que... (...) Os Puritanos viam o trio teológico, o pelagianismo, o arminianismo e a contra-reforma do romanismo, como a prole bastarda da religião natural fertilizada pelo evangelho. (...) A *religião natural*, portanto, é uma quinta ameaça ao mistério da justificação.¹⁵

¹⁵ J.I. Packer, “A doutrina da justificação - desenvolvimento e declínio entre os Puritanos”. in: _____. *Entre os gigantes de Deus - Uma visão puritana da vida cristã*. (São José dos Campos, Fiel, 1996) 161-166. Os itálicos são do autor. Ele ainda diz: “Muitos eruditos modernos têm desprezado a enfática asserção de Paulo em Romanos, Gálatas e em outros textos bíblicos acerca da justificação mediante a fé em Cristo, à parte das obras da lei, como se fosse um mero artifício da sua controvérsia antijudaica, totalmente distante do âmago de sua firme teologia e espiritualidade. Rejeito essa opinião como um erro grave e mortífero, e explico sua prevalência atual nos termos das cinco ameaças que acabo de alistar” (165-166).

Só podemos aplicar a isto as palavras de Lutero: “Tanto tempo escondida, mas ainda hoje ignorada”.

4) FORMULAÇÃO SISTEMÁTICA

4.1 A Doutrina Formulada:

Segundo o Breve Catecismo da Assembléia de Westminster (1647) a

Justificação é um ato da livre graça de Deus, no qual ele perdoa todos os nossos pecados e nos aceita como justos diante de si, somente por causa da justiça de Cristo a nós imputada, e recebida só pela fé.¹⁶

A base da justificação é a graça de Deus em Cristo: A justiça pessoal que Cristo obteve durante Sua vida na terra é imputada ao pecador no momento que este crê: Sua obediência ativa e passiva (Is.53.12; Jo.6.38; 10.17-18; Rm.5.19; Fp.2.7-8; Hb.5.8). J. Gresham Machen acertadamente afirmou: “Eu sou grandemente agradecido pela ativa obediência de Cristo. Não há esperança fora disto.”¹⁷ Cristo foi feito legalmente responsável pelos pecados dos crentes e sofreu o justo castigo que a este correspondia. Quando os pecados do crente foram imputados a Cristo, o ato de imputação não fez a Cristo pecador ou contaminou Sua natureza - tão pouco afetou Seu caráter; este ato só tornou Cristo o responsável legal de tais pecados (I Pe.2.24; II Cor.5.21).

O significado da imputação: A imputação da justiça alheia de Cristo baseia-se não na cura gradual do pecado, mas na vitória completa de Cristo na cruz. Quando Deus diz “imputar justiça” a uma pessoa, o significado é que Deus considera judicialmente tal pessoa como justa e merecedora de todas as recompensas a que tem direito toda a pessoa justa (Rm.4.6-11). A justiça perfeita de Cristo é imputada (contada, creditada, atribuída) a nós (Is.61.12).¹⁸

Por meio da fé: John Murray afirma: “A fé é auto-denúncia; as obras são auto-congratulatorias.” A fé não é o fundamento da salvação, mas o meio de recebê-la (Rm.3.25,28,30). A fé é vista como o meio pelos quais Cristo e Sua justiça são imputados. Se a fé fosse a base da justificação, a fé seria, com efeito, uma obra meritória; e a mensagem do Evangelho seria, depois de tudo, meramente uma nova versão da justificação pelas obras, doutrina considerada irreconciliável com a graça (Rm.4.4; 11.6; Gl.4.21-5.12). A fé pode ser comparada com um enfermo tomando remédio que o médico receitou, ou como um mendigo que estende suas mãos para receber uma oferta. A fé é um dom do Espírito (At.13.48; Ef.2.8,9; Hb.12.2). Ela tem três elementos:

¹⁶ O Breve Catecismo, Pergunta nº 33 in: *A Confissão de Fé - Com o Catecismo Maior e Breve Catecismo*. (SP, Casa Editora Presbiteriana, 1991) 407. Comparar com o “Artigo V - Salvação”, da *Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira* (1986): “A justificação, que ocorre simultaneamente com a regeneração, é o ato pelo qual Deus, considerando os méritos do sacrifício de Cristo, absolve, no perdão, o homem de seus pecados e o declara justo, capacitando-o para uma vida de retidão diante de Deus e de correção diante dos homens. Essa graça é concedida não por causa de quaisquer obras meritórias praticadas pelo homem mas por meio de sua fé em Cristo.” (RJ: JUERP, 1991) 11-12.

¹⁷ Ned. J. Stonehouse, *Gresham Machen*, Carlile, PA, Banner of Truth, 1987. p. 508. in: *Credenda Agenda* (Vol. 8 nº3 1996) 3.

¹⁸ Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, 514-530. cf. John Murray, *Redenção - Consumada e Aplicada*. (SP: Casa Editora Presbiteriana, 1993) 131-146

intelectual (*notitia*), que envolve o conhecimento das verdades do Evangelho, emocional (*assensus*), que envolve convicção e volitivo (*fiducia*), que é a confiança.¹⁹

Para Lutero a pessoa que recebeu o dom da fé é *Simul et semper iustus et peccator*:

Somos verdadeiramente e totalmente pecadores, com respeito a nós mesmos e ao nosso primeiro nascimento. Inversamente, já que Cristo nos foi dado, somos santos e justos totalmente. Então, de diferentes aspectos, somos considerados justos e pecadores ao mesmo tempo.²⁰

Ele queria dizer que, com respeito à nossa condição caída e pecadora, somos e sempre seremos pecadores, mas para os cristãos, já estivemos perante o tribunal de Deus e fomos absolvido, por conta de Cristo. Então, somos também sempre justos.

Esta fé não dá ocasião à licenciosidade, pois a fé está ativa no amor (Gl.5.6). Nas palavras de Lutero, “O cristão vive não em si mesmo, mas em Cristo e em Seu próximo.”²¹ O cristão é exortado, então, a realizar boas obras, a partir de um amor espontâneo, em obediência a Deus por causa dos outros. Ainda, segundo Lutero, na terceira parte do artigo XIII dos Artigos de Esmacalde (1537),

Não posso mudar nada absolutamente daquilo que tenho ensinado até agora sobre a justificação, a saber, que recebemos pela fé um coração novo e puro e que Deus nos reputa justos pela virtude de Cristo nosso mediador... Afirmamos também que não é verdadeira, e portanto nada vale, a fé que não for acompanhada de boas obras.²²

A exposição que os reformadores faziam da justificação pode ser resumida nos sete pontos abaixo:

- 1 - Todo homem enfrenta o tribunal de Deus, devendo responder por si mesmo diante de Deus. A igreja não pode protegê-lo disso.
- 2 - Todo homem é pecador por natureza e prática, e não se conforma à lei de Deus, pelo que só pode esperar a ira e rejeição da parte de Deus.
- 3 - A justificação é o ato judicial pelo qual Deus perdoa o pecador culpado, aceitando-o como justo e recebendo-o como filho.
- 4 - A fonte da justificação é a graça divina, e não o esforço ou iniciativa do homem.

¹⁹ Louis Berkhof, *ibid.*, 496-513. cf. também John Murray, *op. cit.*, 119-126. Esta definição de fé deruba toda noção de “crente carnal”, cf. Ernest Reisinger, *Existe mesmo o crente carnal?* (São José dos Campos, Fiel, s/d)

²⁰ Timothy George, *op. cit.*, 73.

²¹ *ibidem*, 74.

²² Henri Strohl, *O pensamento da reforma*. (SP: ASTE, 1963) 97. Esta posição precisa ser contrabalçada com o ensino reformado do *usus didacticus legis*, que afirma que uma das funções da Lei Moral é estimular e orientar a vontade do homem justificado. cf. “A Confissão de Fé de Westminster”, “das boas obras”, XVI. 1-7, e o “Breve Catecismo”, perguntas 41-84 in: *A Confissão de Fé*, 81-87 e 412-430.

- 5 - A base da justificação é a retidão vicária e o derramamento do sangue de Cristo, e não os nossos merecimentos.
 6 - O meio da justificação, no presente, é a fé em Jesus Cristo.
 7 - O fruto da fé, a evidência de sua realidade, é o arrependimento evidente e uma vida de boas obras.²³

4.2 A justificação na *Ordo Salutis*:

Há vários textos nas Escrituras que nos ajudam a vislumbrar uma ordem no plano de salvação (Jo 3.3-5; I Jo 3.9; I Jo 5.16; Jo 1.12; Ef 1.13), mas é Rm 8.28-30 “que projeta uma forte luz sobre esta questão”.²⁴

Há uma progressão de pensamento, da presciência até a glorificação, tudo procedendo do eterno decreto de Deus de justificar seus eleitos. A *ordo salutis* descreve

em sua ordem lógica e também em sua interrelação, os vários movimentos do Espírito Santo na aplicação da obra de redenção. A ênfase não recai no que o homem faz, ao apropriar-se da graça de Deus, mas no que Deus faz, ao aplicá-la.²⁵

É um único processo, no qual podem ser distinguidos vários movimentos.

Na tradição Luterana, apesar de sua ênfase na eleição soberana, na união mística e na imputação da justiça de Cristo, a regeneração ou novo nascimento é posterior à fé justificante. Esta é uma posição difícil de ser sustentada, pois nas Escrituras, a primeira coisa a ser considerada é a regeneração (Jo 10.10; Ef 2.1-3; *etc.*), que é a implantação do princípio de vida espiritual, sendo que a fé (At 13.48; Ef 2.8; Hb 12.2) e o arrependimento (II Tim 2.25; At 11.18) são o resultado do ato regenerador de Deus.²⁶ Este processo da conversão envolveria, então, a obra de Deus antes do tempo (Pré-conhecimento/Predestinação e eleição), no momento da conversão (chamada eficaz, regeneração, fé e arrependimento, justificação), através da vida cristã (santificação e perseverança) e a obra de Deus no fim (a glorificação). Basicamente, esta é a tradição Reformada.²⁷

5) INTERAÇÃO APOLOGÉTICA

A doutrina da justificação tem sido conhecida pelas igrejas protestantes como o *articulus stantis et cadentis ecclesiae*. Juntamente com a autoridade das Escrituras e a natureza da Ceia de Senhor, esta doutrina foi o centro dos debates na época da Reforma. Abaixo, temos a posição do Concílio de Trento (1545-47/51-52/62-63) quanto à

²³ J.I. Packer, “A doutrina da justificação - desenvolvimento e declínio entre os Puritanos” *in*: _____, *op. cit.*, 166-167.

²⁴ John Murray, *op. cit.*, 89-98.

²⁵ Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*. 416. Para as diferenças na *ordo salutis*, entre reformados, luteranos, católicos e arminianos, ver 418-423.

²⁶ Para uma comparação entre os ensinamentos Reformado e Luterano, ver Héber Carlos de Campos, “A Justificação pela Fé nas tradições Luterana e Reformada: Um ensaio em teologia comparada” *in*: *Fides Reformata*. (vol I nº2 Jul/Dez - 1996) 31-50. Para duas visões distintas entre batistas, dentro da tradição reformada, ver John L. Dagg, *Manual de Teologia*. (São José dos Campos, Fiel, 1989) 213-219, 222-228 e Millard J. Erickson, *Introdução à Teologia Sistemática*. (São Paulo, Vida Nova, 1997) 391-402.

²⁷ Para um estudo profundo da *ordo salutis* e de outros aspectos dela ver John Murray, *op. cit.*, 89-200.

justificação, e a resposta de João Calvino, em sua obra “Atos do Concílio de Trento, com Antídoto” (1547)²⁸:

A posição do Concílio de Trento	A refutação de João Calvino
Comprometidos com pelagianismo: cooperação da vontade, capacitada pela graça.	Segundo Agostinho, afirma a depravação total do ser humano, enfatizando a graça somente.
Fé (assentimento intelectual) ligada ao amor. Desde que Deus só ama o que é amável, temos que ser mudados moralmente pelo amor para sermos aceitos por Deus.	A fé é assentimento intelectual e confiança, que descansa na justiça de Cristo, o objeto da fé. Ela produz boas obras, como consequência da justificação.
A justificação não é somente pela imputação da justiça de Cristo, mas pela infusão dela no crente, especialmente pelos sacramentos, tornando-o justo.	A justificação é por imputação. Os crentes são declarados justos. A santificação é algo distinto da justificação.
A justificação permanece no crente quando ele obtém e mantém certo nível de santificação. Pecados mortais precisam ser confessados e perdoados.	O erro principal de Roma é confundir justificação e santificação. Justificação não é santificação, mas a santificação sempre acompanha a justificação.
O cristão pode cumprir os mandamentos de Deus - pelo menos em teoria!	Ninguém pode guardar perfeitamente quaisquer dos mandamentos de Deus. Todos os nossos melhores esforços estão manchados pelo pecado. A vida cristã é uma guerra constante contra o pecado.
O cristão não pode ter certeza, exceto por revelação especial, de que está presentemente num estado de graça, ou de que é eleito ou de que finalmente perseverará e será salvo.	A certeza da salvação procede da própria fé em Cristo, de Suas promessas no Evangelho, da própria doutrina da perseverança dos santos e da eterna eleição de Deus.

O debate conhecido como “A controvérsia do Senhorio” tem sido gerado por uma grande ignorância do que significa a justificação pela fé, e por uma “piedosa arrogância” que acha não necessitar do estudo da teologia e sua história. Sua visão de fé “intelectual” mancha o evangelho, barateando-o, e parece comprovar os piores temores do catolicismo romano. A posição reformada destrói o moralismo, que tira nossa liberdade gloriosa de filhos de Deus, e destrói o *antinomismo*, que falha ao reforçar a erosão moral de nossa sociedade.²⁹

²⁸ W. Robert. Godfrey, “Calvino e o Concílio de Trento” in: *Jornal Os Puritanos* (Ano IV nº6 nov/dez - 1996) 11-15.

²⁹ O ensino da fé intelectual é mais comum do que se pensa aqui no Brasil. Basta uma consulta, entre outros, à popular *Bíblia Anotada* de Charles C. Ryrie (São Paulo: Mundo Cristão), e à *Bíblia Scofield* de C.I. Scofield (São Paulo: IBR, 1983). Para uma visão evangélica da posição, ver John MacArthur Jr., *O evangelho Segundo Jesus*, (São José dos Campos: Fiel, 1994). Mesmo não concordando com alguns pontos da teologia de Dietrich Bonhoeffer, não podemos nos deixar de espantar com seu ataque contra a “graça barata” (termo que ele mesmo cunhou): “Graça barata significa a graça vendida no mercado como quinquilharia ordinária... Graça barata não é o tipo de perdão que nos liberta dos laços do pecado. Graça barata é a graça que concedemos a nós mesmos. Graça barata é a pregação do perdão sem a exigência do arrependimento, batismo sem disciplina na igreja, comunhão sem confissão, absolvição sem confissão pessoal. Graça barata é a graça sem discipulado, graça sem a cruz, graça sem Jesus Cristo vivo e encarnado.” Citado por John MacArthur Jr. “Graça Barata?” in: *Jornal Os Puritanos*. (Ano III - nº3 mai/jun - 1995).

6) APLICAÇÃO PRÁTICA NO MINISTÉRIO E NA VIDA

Lutero disse que a justificação pela fé é “o resumo de toda a doutrina cristã”, “o artigo pelo qual a igreja se mantém ou cai” e que “nada neste artigo pode ser abandonado ou transigido, mesmo no céu e na terra, e as coisas temporais devem ser destruídas.”³⁰

A primeira aplicação é para aqueles que tem pregado o Evangelho. Que Evangelho está sendo pregado? Paulo não nos deixa em dúvida sobre o conteúdo de sua mensagem, e exorta-nos bem fortemente a não adulterá-la (Gl.1.6-10). No v.6 ele diz que os crentes da Galácia, enquanto ele escrevia, estavam abandonando rapidamente o Evangelho da livre graça de Deus, “trocando rapidamente”, por uma cooperação com obras e cerimônias. Nos v.6, 7 ele faz um jogo de palavras, para desmascarar os seus adversários: outro (εὔτερον: de espécie diferente) evangelho; o qual não é outro (ἄλλο: numericamente). Só existe um único evangelho! Eles não estavam pregando uma ênfase diferente do Evangelho, por isto deveriam ser considerados ἀνανήματα (v.8,9): maldito, separado (Is.34.5; Zc.14.11; Mt.4.6; Rm.9.3; I Cor.12.3; 16:22), um contraste máximo com a graça de Deus. Herroll Hulse, pastor da Igreja Batista em Leeds, e editor da revista *Reformation Today*, diz:

A única vez no Novo Testamento, em que nós vemos um forte anátema é Gálatas 1.9, repetindo duas vezes “seja maldito”. O apóstolo declara que quem quer que perverta a justificação pela fé “seja maldito”. Não importa quão importante seja o ministro, mesmo que seja um anjo do céu, seja ele maldito.³¹

Paulo não estava a “procurar favor”, πεῖνῳ, ou, segundo o contexto, “conciliar”, isto é, afrouxar as exigências do Evangelho, para facilitar a entrada dos gentios ao cristianismo. Sua motivação ao pregar o Evangelho era agradar a Deus (v.10).³²

Poucos colocaram a questão de forma tão clara como Thomas Cranmer, arcebispo da Cantuária por época da Reforma:

Esta fé a Sagrada Escritura ensina: esta é a rocha firme e o fundamento da religião cristã: esta doutrina todos os autores velhos e antigos da igreja de Cristo aprovam: esta doutrina avança e ressalta a verdadeira glória de Cristo, e derrota a vanglória do homem: todo aquele que nega isto não deve ser contado como verdadeiro cristão... mas como adversário de Cristo...³³

Uma segunda aplicação tem a ver com nossa situação diante de Deus. As Escrituras nos mostram a necessidade de auto-exame (Pv.4.23), por isto precisamos nos perguntar: Temos renunciado a tudo por amor a Cristo? Será que nosso interesse está no ritual religioso? Quais são nossas motivações no serviço cristão? Temos confiado em

³⁰ Timothy George, *op. cit.*, 64.

³¹ Erroll Hulse, “O pior erro gramatical do mundo”. in: *Jornal Os Puritanos*. (Ano IV nº 6 nov/dez - 1996) 7.

²⁸ Donald Guthrie, *op. cit.*, 72-77.

³³ Do “Sermon on Salvation” de Cranmer, em *First Book of Homilies*, p. 25-26. in: John Stott, *op. cit.*, 162-163.

nossa justiça própria ? Temos uma secreta inimizade contra a santidade? Ou estamos confiando naquela segurança carnal que diz: “Paz, paz; quando não há paz” (Jer.6.14)?

A resposta a estas questões são urgentes! A justificação nos salva do passado e assegura nosso futuro, pois consiste no perdão de pecados, no término de nossa sujeição à inimizade e ira com Deus, outorgando-nos a posição de homens justos, juntamente com direito a todas as bênçãos que Deus promete aos justos, além de sermos adotados como filhos e herdeiros de Deus (Rm 8.14; Gl 4.4). Por ter sido justificado, o cristão está absolvido do julgamento vindouro (Rm 8.30, 35ss).³⁴

Porque são questões de vida ou morte, ouçamos o vigoroso evangelista George Whitefield:

Algun de vocês está dependendo de sua própria justiça? Algun, dos que estão aqui, está pensando em salvar-se por suas próprias obras? Afirmo... você perecerá juntamente com sua justiça própria. Pobres e miseráveis criaturas! Qual o valor de suas lágrimas? Qual o valor de suas orações? Qual o valor de suas obras para aplacar a ira de um Deus indignado?... Venham, miseráveis culpados; venham como criaturas pobres, perdidas, condenadas e desgraçadas, e aceitem uma justiça muito melhor que a de vocês. Como eu já disse, assim digo de novo, a justiça de Cristo é uma justiça eterna; e agora é oferecida ao principal dos pecadores. Ah! Todo o que tem sede, venha e beba gratuitamente desta água! Algun de vocês está ferido pelo pecado? Algun de vocês sente que não tem justiça própria? Está perecendo de sede? Teme que perecerá para sempre? Venham, almas queridas, em vossos trapos imundos; vem, ó pobre homem; vem, pobre e aflita mulher; vocês, que pensam que Deus nunca os perdoará e que seus pecados são graves demais para serem perdoados; vem, ó criatura duvidosa, que está com receio de nunca encontrar conforto! Levante-se, receba a salvação da parte do Senhor Jesus Cristo, o Senhor da vida, o Senhor da glória, que está chamando... Não deixe que sua pobre alma fique à distância do Salvador... Venha, venha! Agora, visto que a salvação foi trazida ao mundo por Cristo, portanto, no nome, no poder e pela ajuda do grande Deus, eu a estou oferecendo do púlpito; agora eu estou oferecendo essa justiça eterna gratuita, lançada na conta do todo pecador que aceitá-la... Pense, eu rogo, sobre estas coisas; volte para casa, ore acerca do texto e diga: “Senhor Deus, trouxeste a justiça eterna ao mundo por meio do Senhor Jesus Cristo; por meio do bendito Espírito, infunde-a em meu coração!” E então vocês poderão morrer, pois estarão seguros; e, se for amanhã, vocês serão transportados prontamente à presença de Deus; e isto será maravilhoso! Felizes serão aqueles que estiverem vestidos dessa justiça. Felizes serão aqueles que puderem dizer: “Meu Deus me amou, e eu serei amado por Ele com um amor eterno!” Que cada um de vocês possa

³⁴ J.I. Packer, *Vocábulo de Deus*. 128.

assim dizer, que Deus conceda, por amor de Jesus Cristo, o nosso querido Redentor, a quem seja a glória para sempre. Amém.³⁵

Este autor consegue escutar os trovões do Senhor Deus Sabaote ecoando por cada linha acima. Deus nos ajude a experimentar esta doutrina, como também pregá-la fielmente.

³⁵ *Sermons on Important Subjects; by the Rev. George Withefield, A.M. (1832), 207, ss. in: J.I. Packer, “A doutrina da justificação - desenvolvimento e declínio entre os Puritanos”. in: _____ . Entre os gigantes de Deus, 176. Para uma visão do pensamento Puritano sobre a justificação é recomendado todo o capítulo, 163-176, deste excelente livro.*